



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA



GABRIELA MARTINS CESSSEL

AS OSCILAÇÕES DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO ENTRE OS
ANOS DE 2010 A 2020 NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-PR

MARINGÁ
2022

GABRIELA MARTINS CESSEL

AS OSCILAÇÕES DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO ENTRE OS
ANOS 2010 E 2020 NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-PR

Monografia apresentada ao curso de
Bacharelado de Geografia, Centro de
Ciências Humanas, Letras e Artes,
Universidade Estadual de Maringá.

Prof^a. Dr^a. Helena Rizzatti Fonseca

MARINGÁ
2022

GABRIELA MARTINS CESSEL

AS OSCILAÇÕES DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO ENTRE OS
ANOS DE 2010 A 2020 NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-PR

Monografia apresentada ao curso de
Bacharelado de Geografia, Centro de
Ciências Humanas, Letras e Artes,
Universidade Estadual de Maringá.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Helena Rizzatti Fonseca

Coordenador da disciplina: Prof. Dr. Jorge Ulises Guerra Villalobos

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Helena Rizzatti Fonseca

Prof^ª. Me^a. Kena Azevedo Chaves

Prof^ª. Dr^ª. Daniele Cordeiro Motta

Maringá
2022

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Cássia, pela seriedade, dedicação e leveza com que leva a vida e sob as quais me criou. Ao meu pai, Joacy, pela seriedade, filosofia e descontração que sempre me compartilhou. Aos dois, pelo amor, apoio e sabedoria incondicionais.

A todos os meus familiares que sempre me apoiaram na jornada da Graduação, em especial, às minhas tias Flávia, Marília e Luciana, por todo apoio, carinho, amor e compreensão.

À professora orientadora, Helena Rizzati Fonseca, pelos ensinamentos ao longo dessa orientação, por toda dedicação, seriedade, confiança e respeito. Muito obrigada, Professora.

Aos membros da banca, professoras, Kena e Daniele, pelos ensinamentos, críticas e sugestões.

Ao João, meu companheiro, por todo apoio, compreensão, conforto e por ter tornado minha jornada mais leve e feliz.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo verificar a evolução da participação das mulheres no mercado de trabalho nos anos de 2010, 2014, 2018 e 2020 no município de Maringá, Paraná, de forma a identificar o exercício feminino por subsetor econômico. A metodologia aplicada foi o uso de uma pesquisa documental e de cunho qualitativo, usando para análise dados provenientes da Relação Anual de Informações Sociais-RAIS. Os resultados indicaram que a participação feminina no mercado de trabalho teve crescimento nas esferas municipal, estadual e nacional durante o período analisado. A presença feminina está concentrada em subsetores específicos do mercado de trabalho, sendo esses o de Educação e o da Administração Pública.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; desigualdade de gênero; trabalho feminino.

ABSTRACT

The main goal of this study is analyzing the evolution of women's participation in the labor market during the years 2010, 2014, 2018 and 2020 in the municipality of Maringá, Paraná, to identify the female activity by economic subsector. The methodology applied was the use of a documental and qualitative research, using the data provided by the "Relação Annual de Informações Sociais-RAIS". The results indicated that female participation in the labor market grew at the municipal, state and national levels during the analyzed period. The female presence is concentrated in specific subsectors of the labor market, namely Education and Public Administration.

Keywords: Job market; gender inequality; female work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Participação masculina e feminina no mercado de trabalho formal no período de 2010 a 2020 em Maringá.....	22
Tabela 2: Participação masculina e feminina no mercado de trabalho formal no período de 2010 a 2020 em Paraná.....	23
Tabela 3: Participação masculina e feminina no mercado de trabalho formal no período de 2010 a 2020 no Brasil.....	24
Tabela 4: Subsetores de atividades em Maringá em 2010 a 2020.....	26
Tabela 5: Subsetores de atividades no Estado do Paraná em 2010 a 2020.....	27
Tabela 6: Subsetores de atividades no Brasil em 2010 a 2020.....	28

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Localização.....	10
------------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Participação feminina no mercado de trabalho	24
---	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	OBJETIVOS	12
2.1	Objetivo Geral	12
2.2	Objetivos Específicos	12
3	REFERENCIAL TEÓRICO	13
3.1	Representações de Gênero	13
3.2	Divisão sexual de trabalho	14
4	METODOLOGIA	20
4.1	Delineamento da Pesquisa	20
4.2	Dados	20
4.3	Análise dos dados	21
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS	22
5.1	Participação por gênero no mercado de trabalho formal	22
5.2	Participação por gênero nos subsetores de atividades	25
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
	REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

O trabalho humano é o que define o Espaço Geográfico, cerne do estudo da Geografia (SANTOS, 2006). Logo, o trabalho poder ser entendido como um componente fundamental da vida social, seja em termos de produção (bens e serviços), quanto em termos individuais, como a realização pessoal e a conquista da independência econômica. Sendo parte fundamental da vida social, o trabalho não apenas reflete as questões da desigualdade presentes na sociedade, mas tem papel de vetor das mesmas. Dentre essas desigualdades, destaca-se a de gênero.

Nas últimas décadas o papel da mulher na sociedade e na economia tem passado por significativas modificações. A entrada da mulher no mercado de trabalho ocorreu em decorrência de uma transformação social na estrutura familiar definida por avanços na industrialização, pela necessidade de buscar uma complementação na renda e também incentivada por movimentos sociais de grupos feministas que lutavam por seus direitos (TEIXEIRA, 2007).

A partir da década de 1970, a entrada da mulher no mercado de trabalho brasileiro provocou uma grande transformação conjuntural. A mulher passou a competir com o homem pelo espaço dentro do mercado de trabalho. O seu papel passou a ser alterado, conforme a sociedade se transformava, tanto pelos meios de produção quanto pelas transformações econômicas (FRANÇA; SCHIMANSKI, 2009).

Apesar dos progressos relevantes em termos de inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro, a divisão sexual do trabalho na sociedade continuou a mesma. As mulheres, além de atuarem no mercado de trabalho produtivo, continuaram com as responsabilidades do trabalho reprodutivo, cuidados da casa e dos filhos. Desta forma, nota-se uma sobrecarga nos trabalhos das mulheres, uma vez que esta vem apresentando dupla, tripla ou até mesmo quádrupla jornada de trabalho.

Na visão de Kergoat (2003), há dois princípios que organizam a divisão sexual do trabalho: i) o princípio da separação, que determina a existência de trabalho masculino e feminino e ii) o princípio da hierarquização, que coloca o trabalho masculino como superior. Ainda segundo seu pensamento, estes são reflexo de um processo de legitimação ideológica no qual simplifica as práticas sociais a papéis sociais que são diferenciados em razão do sexo.

Deste modo, não pode-se afirmar que a divisão sexual do trabalho é algo rígido e imutável, uma vez que ela se transforma ao longo do tempo e do espaço. Nesse sentido, Kergoat (2003, p.55) afirma que “a divisão decorrente das relações sociais de sexo se adapta historicamente a cada sociedade”. Entretanto, é necessário ir além da simples constatação das desigualdades entre homens e mulheres quando se trata da divisão sexual do trabalho. Isso posto, é preciso então combinar a descrição da realidade com uma reflexão em relação aos processos que a sociedade usa a diferenciação de sexos para hierarquizar as atividades sociais.

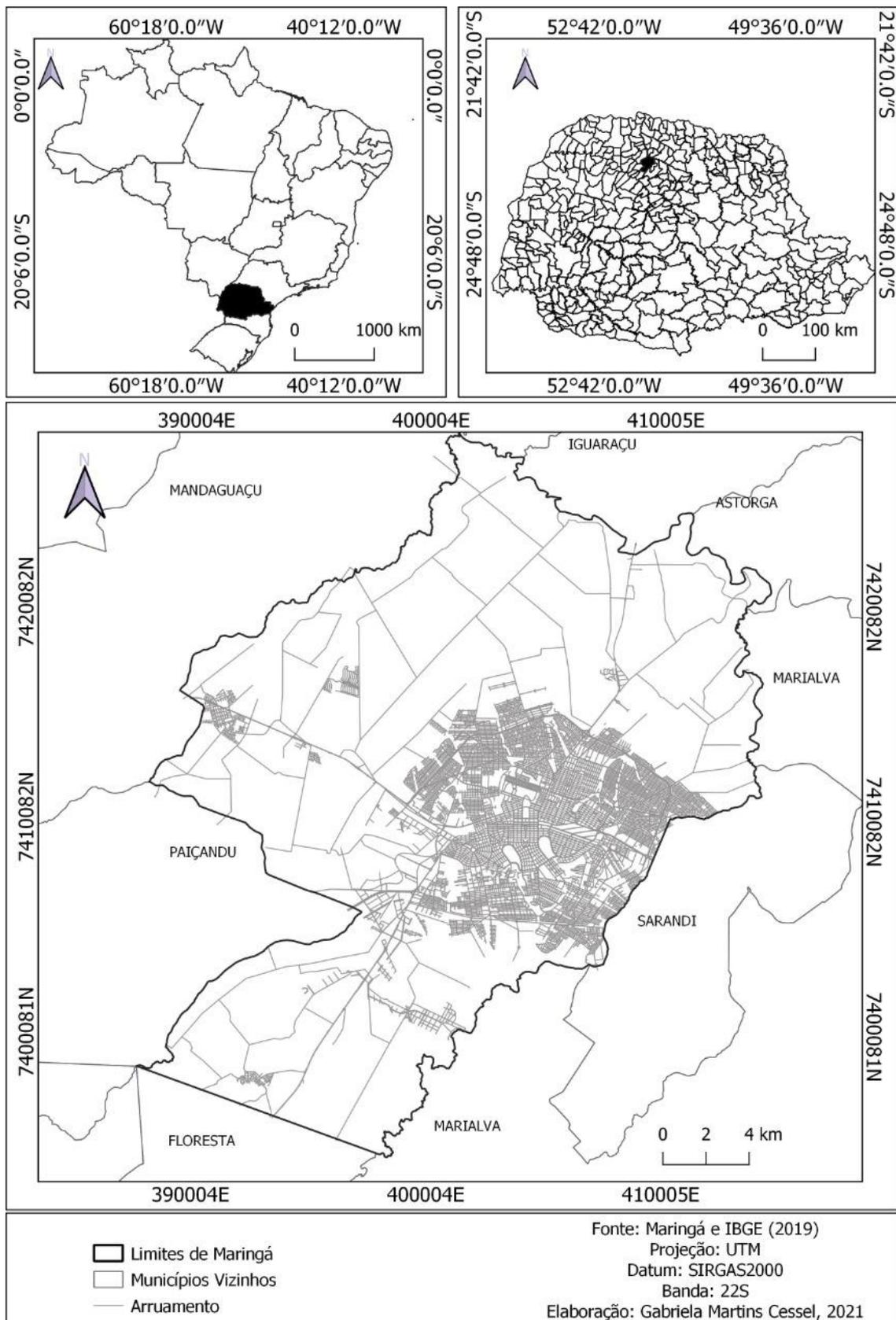
A divisão sexual de trabalho na maioria das empresas é realizada de acordo com os papéis que o homem e a mulher assumem na sociedade devido a construção social de gênero. As mulheres ainda sofrem com a discriminação salarial, por motivos que variam entre a oferta e demanda de vagas consideradas masculinas e com maiores remunerações, por razões culturais onde veem o homem como provedor da família, ou por serem tarefas consideradas domésticas e voltadas ao público feminino, entre outras argumentações (RAMOS; SOARES, 1994).

Sendo assim, esse projeto se propõe a analisar a evolução da participação das mulheres no mercado de trabalho nos anos de 2010, 2014, 2018 e 2020 no município de Maringá, Paraná, de forma a identificar o exercício feminino por setor econômico, bem como atividade por nível geográfico.

O recorte temporal proposto nesse trabalho objetiva abranger a situação laboral das mulheres nos diferentes governos federais do período analisado (2010 a 2020), sem objetivar realizar qualquer tipo de comparação ou análise relacionada com as políticas adotadas por esses governos. Sendo assim, o ano de 2010 foi escolhido por ser o último ano da gestão do presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003 a 2010); o ano de 2014 foi escolhido por ser o último ano do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (2011 a 2014); o ano de 2018 foi escolhido por ser o último ano do governo Dilma Rousseff/Michel Temer (2015 a 2018); por fim, 2020 foi escolhido por representar os dois primeiros anos de mandato do presidente Jair Bolsonaro.

O município de Maringá, está localizado a noroeste do estado do Paraná, na macrorregião Sul do Brasil. Sua população estimada, segundo o IBGE para o ano de 2021, era de 436.472 habitantes (Figura 1).

Figura 1: Mapa de Localização



Fonte: Maringá e IBGE, 2019.

Por fim, por se tratar de um tema atual, onde toda pesquisa que venha acrescentar conhecimentos sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho, bem como seu cotidiano, é válida, tal fato confere a importância do tema, o que poderá contribuir com a elaboração de políticas públicas que possam amenizar possíveis situações discriminatórias para a inserção da mulher no mercado de trabalho local. O estudo também poderá servir de base para futuras pesquisas que contemplem outros aspectos por hora não mencionados e períodos diferentes aos aqui estudados.

Essa Monografia está subdividida da seguinte maneira. Inicialmente apresentar-se-á os objetivos geral e específico que guiaram o desenvolvimento desse estudo. Na sequência, é apresentado o Capítulo 3 que tratará do referencial teórico e nele estão contidos os fundamentos teóricos sob os quais essa pesquisa foi realizada. O Capítulo 4 seguinte versa sobre a metodologia utilizada no trabalho. No Capítulo 5, será apresentado a análise dos resultados obtidos. Por fim, será realizado a conclusão do trabalho.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Verificar a evolução da participação das mulheres no mercado de trabalho nos anos de 2010, 2014, 2018 e 2020 no município de Maringá, Paraná, de forma a identificar o exercício feminino por subsetor econômico.

2.2 Objetivos Específicos

- a) Realizar a revisão bibliográfica sobre divisão sexual do trabalho, caracterizando os principais estudos de gênero, ressaltando as desigualdades de gênero;
- b) Coletar dados no banco de dados RAIS/CAGED ;
- c) Analisar as diferenças dos dados coletados;
- d) Elaborar materiais visuais referente aos dados coletados.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Para o desenvolvimento dessa Monografia foram mobilizados os referenciais teóricos ao redor dos seguintes temas: representações de gênero e da divisão sexual do trabalho. Ao longo do presente capítulo, esses temas serão abordados e aprofundados de modo a estabelecer as bases teóricas fundamentais que orientam o presente estudo.

3.1 Representações de Gênero

O gênero como categoria sócio-cultural começou a ser mais utilizado somente a partir da década de 1980. Na década anterior, os estudos careciam de instrumentos metodológicos para explicar a ascensão feminina como seres sociais, históricos e econômicos (MURARO, 2001). A partir do surgimento de gênero enquanto categoria, as relações de desigualdade entre homens e mulheres são colocadas em evidência. Essas, são estabelecidas por meio das relações sociais (HELENE, 2019).

Pimenta e Corrêa (2001, p. 319) conceituam representação de gênero como “um conjunto de símbolos e imagens produzido culturalmente pelo homem e pela mulher, o qual determina as relações sociais”. Podendo ser um elemento constitutivo das relações sociais, que expressa relações de poder.

Já os movimentos feministas defendiam e defendem que a subordinação da mulher não é uma questão “biológica” e sim uma objeção construída socialmente através das relações de poder. Com isso, aparecem novas teorias para esclarecer de que forma se chegou a essa condição e como ela se mantém (PISCITELLI, 2002).

Assim, as relações de desigualdade entre homens e mulheres não são um fenômeno natural, mas são estabelecidas em um contexto de relações sociais (HELENE, 2019). No mesmo sentido, Kergoat (2007) afirma que a condição de vida de homens e mulheres é reflexo de construções sociais muito mais do que produto de um destino biológico. A relação entre esses dois grupos é muito específica, sendo relações de sexo.

De acordo com a visão de Oliveira (1999), relações de gênero são, antes de tudo, uma construção social de base material e não apenas produtos da biologia. Isto é, homens e mulheres não são grupos distintos somente pela biologia de seu ser, mas são dois grupos conectados a uma relação social específica, a saber: as relações sociais de gênero, que por sua vez possuem uma base material, que é o trabalho.

Relações de gênero são, por conseguinte, uma construção social e cultural à medida que configuram um processo contínuo da produção do poder de homens e

mulheres em diferentes culturas. Logo, faz-se notar que as diferenças de sexo reverberam de forma direta nas relações de trabalho entre os gêneros. Atividades consideradas como femininas são associadas à função de reprodução, ao espaço privado da família e à produção de valores familiares. Por outro lado, as funções que se destinam à produção social e ocorrem em espaço público são vistas como funções masculinas (FRANÇA; SCHIMANSKI, 2009).

Pensar a questão do trabalho sobre uma ótica de gênero garante a percepção de que os papéis sexuais, que são socialmente construídos, condicionam o tamanho e o papel da contribuição de homens e mulheres dentro do mercado de trabalho.

Além dos fatores sociais, a biologia também tem sua função na divisão sexual do trabalho. Atividades usualmente desempenhadas por homens são associadas ao perigo, enquanto no caso da mulher, a associação construída e em relação à fragilidade, exclusivamente por conta de sua capacidade reprodutiva (HIRATA; KERGOAT *apud* OLIVEIRA, 1988, p. 26).

Embora em termos gerais as mulheres tenham expandido sua participação no mercado de trabalho e, como consequência, tenha obtido um posicionamento mais favorável nele, no Brasil a situação de segregação ocupacional se mantém, com as mulheres continuando a se engajar preferencialmente nas atividades ditas femininas (OLIVEIRA, 2007).

O conceito de gênero mostra-se ainda em construção, uma vez que é definido de acordo com as diferentes visões e interpretações de diversos autores. Nesse trabalho adota-se a definição de gênero a partir da apresentada por França e Schimanski (2009).

3.2 Divisão sexual de trabalho

A atuação da mulher no mercado de trabalho deixou de ser apenas para complementar a renda da família e passou a ter maior importância na sociedade, pois tornou-se uma necessidade (JACINTO, 2005).

Ainda que os postos ocupados pelas mulheres sejam, em sua maioria, de posição inferior, a sua presença no mercado de trabalho é fundamental para a garantia da sobrevivência familiar. Por outro lado, o menor poder aquisitivo por conta de arrochos salariais fez com que o homem perdesse o seu papel de único provedor do sustento familiar. Assim, dentro da classe trabalhadora, é imprescindível a remuneração de todos os membros da família (CORTAZZO, 1985).

Diante do exposto, têm-se que a renda da mulher chega até a ser o principal rendimento da família, e não mais apenas um complemento da renda global da familiar. Isso ocorre mesmo num cenário de preconceito e desigualdade no mercado de trabalho e em suas relações. Ademais, é importante levar em conta o peso das responsabilidades domésticas que recaem sobre as mulheres. Isso se configura como mais um obstáculo a possibilidades de participação integral e igualitária no mercado de trabalho.

Conforme os estudos de Barros *et al.* (1997) no grupo identificado com maior concentração de mulheres estão as ocupações consideradas de baixa renda, tais quais os serviços domésticos, barbearia e beleza, indústria eletroeletrônica, indústria têxtil, comércio, serviços de hotelaria, serviços auxiliares, comerciante ambulante e vestuário, que representam mais de 2/3 da mão de obra feminina empregada.

No grupo de melhores ocupações, consideradas mais masculinas (com maior concentração de homens), estão as ocupações genéricas de produção, de escritório, comerciante por conta própria, a construção civil, serviços de reparação, transportes, serviços braçais, indústria metalúrgica, de cerâmica e gráfica, que correspondem a aproximadamente 54% do emprego masculino (BARROS et al., 1997).

Boas, Paula Neto e Cramer (2003, p. 222) afirmam que uma configuração de profissões por gênero é, na realidade, um estereótipo social, o qual confere atributos, funções ou papéis a ambos os sexos. Assim, essa caracterização pode ser vista como uma construção social de gêneros.

Para Lobo (1991), a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade, ou seja, na divisão do masculino e feminino, que é apresentada como natural e biológica. Além disso, a divisão sexual do trabalho como relação de gênero traz embutida a hierarquia social entre os dois gêneros. Dessa forma, ela não cria subordinação e desigualdade da mulher no mercado de trabalho, apenas recria uma subordinação e desigualdade já existente em outras esferas da sociedade.

Hirata (2000) aponta duas teorias alternativas sobre o trabalho das mulheres: a) divisão do trabalho em termos de especializações segundo o sexo: essa divisão pode tomar a forma de um "modelo tradicional", onde o papel doméstico é de responsabilidade das mulheres e o papel de provedor é dos homens; ou a forma de um "modelo de conciliação" entre vida profissional e vida familiar, que em geral aplica-se apenas as mulheres; b) divisão do trabalho em termos de relação social: remete a idéia de uma relação antagônica

entre os sexos. A autora considera fundamental a dimensão opressão/dominação na divisão do trabalho e propõe a idéia de co-extensividade entre sexo e classe, entre opressão e exploração. Essa concepção de divisão do trabalho é estruturada por um "princípio hierárquico" que afirma que o trabalho masculino sempre teve um valor maior do que o feminino.

A partir da segunda problemática, Hirata (2000) tenta reconceitualizar a divisão sexual do trabalho de duas formas: do sexo social ou gênero, entendido como a construção histórica, social e cultural do masculino e do feminino; e do trabalho doméstico. "Longe de ser redutível à atividade profissional, o conceito de trabalho deve ser ampliado ao trabalho doméstico, ao trabalho não-assalariado, não-remunerado, não-mercantil, ao trabalho informal" (HIRATA, 2000, p. 40).

A divisão sexual do trabalho é a separação do trabalho social por meio das relações de sexo e é única para cada tipo de sociedade. Apresenta como característica a destinação prioritária dos homens ao campo produtivo, enquanto às mulheres é relegada à esfera reprodutiva. De modo simultâneo, os homens tomam para si as funções de maior valor social agregado, tais como as políticas, religiosas e militares, dentre outras (KERGOAT, 2007).

Tal método de divisão, ainda de acordo com Kergoat (2007), baseia-se em dois princípios organizadores: o da separação, no sentido de que existem trabalhos de homens e mulheres, e o da hierarquia, no qual pretende colocar um valor social maior para o trabalho masculino.

A problematização dos termos da divisão sexual do trabalho passa longe de um pensamento determinista. Pelo contrário, é baseada em uma dialética entre invariantes e variações, uma vez que procura escancarar os fenômenos da reprodução social (KERGOAT, 2007).

Nesse sentido, o início do movimento feminista é reflexo de uma tomada de consciência coletiva. As mulheres brancas, majoritariamente, entenderam que sua carga de tarefas era enorme e realizada sem a devida remuneração, inclusive sendo feita de forma gratuita. Tal exploração era justificada pelos assim chamados natureza, amor e dever maternal (KERGOAT, 2007).

Relações de trabalho entre os sexos são, deste modo, uma relação de poder e de dominação do masculino sobre o feminino. Tratar sobre esse tema requer muito mais do

que apenas explicitar as indubitáveis desigualdades. É necessário ir além e articular a descrição do real como forma de análise sobre como a sociedade faz uso da diferenciação das tarefas para criar uma hierarquia sobre essas atividades. Portanto, faz-se necessário compreender que o arranjo social deve ser não apenas remanejado, mas também transformado (KERGOAT, 2007).

Dentre as diversas teorias sociais que potencialmente explicam essa afirmação encontra-se o processo de formação do capitalismo. Nesse processo, como apontado por Federici (2017), a caça às bruxas dos séculos XVI e XVII foi responsável pela degeneração das mulheres e por sua colonização como parte da estrutura do capitalismo. Esse movimento perseguia acabar com o poder social das mulheres, e para isso estabeleceu uma cruzada contra a sororidade e relações comunais que as mulheres compartilhavam. Isso implicou em mudança no sentido de amizade, afeto e amor feminino, tornando-as objetos de suspeita e demonizados.

A atuação das mulheres como curandeiras, entre outras práticas femininas, foi o que deflagrou a perseguição contra elas. Essas ações minavam o poder das autoridades e do Estado, uma vez que despertava na população a noção de que eles mesmo poderiam gerir o ambiente e, até mesmo, subverter o *status quo* (FEDERICI, 2017). E, mais importante ainda para a constituição do sistema capitalista, foi que essas perseguições objetivavam a perda do controle do processo reprodutivo por parte das mulheres possibilitando, em grande medida, a constituição de um mercado de trabalho de reserva necessário, entre outros elementos, para tornar a venda da força de trabalho a única opção da, então nascente, classe trabalhadora.

Todo esse processo, ainda de acordo com Federici (2017), foi fundamental para forjar a presente noção de feminilidade e domesticidade do sexo feminino. A mulher ideal era aquela obediente, cujo foco estava no asseio doméstico e que entendia seu papel de passividade. Tal visão é um dos elementos que levou a atual divisão sexual do trabalho no sistema capitalista, onde funções desenhadas para mulheres são vistas como inferiores.

Nesse sentido, Kergoat (2003) afirma que o processo de reorganização do trabalho depois do patriarcado seguia uma total diferenciação entre trabalhos “femininos” e “masculinos”, de tal forma que sua hierarquização era responsável por criar uma relação de poder da primeira sobre a segunda.

Segundo Antunes (1999), o cenário atual é de uma efetivação da “construção social sexuada”, na qual trabalhadores homens e mulheres passam, desde o núcleo familiar, por uma qualificação e capacitação para ingresso no mercado de trabalho. O autor vai além nessa questão e atribui ao capitalismo a reconfiguração de uma divisão sexual do trabalho ao apontar que a participação masculina é predominante nas áreas de uso intensivo de capital e de maquinários robustos, enquanto a participação feminina é relegada a áreas de trabalho intensivo, com maior exploração do trabalho manual.

Dessa forma, a divisão sexual do trabalho se coloca como uma das manifestações das relações entre homens e mulheres. O grande desafio é, então, a superação do entendimento de que esse processo é natural para uma adoção da visão de que ele, na realidade, implica diretamente nas relações sociais desiguais balizadas nas diferenças entre homens e mulheres.

Assim, segundo Helene (2019) a divisão sexual do trabalho, junto da opressão de gênero, é parte indissociável do processo de formação capitalista, de tal modo que esse sistema não possa ser superado sem antes essa barreira ser ultrapassada.

O trabalho feminino, mesmo quando remunerado, é desvalorizado. Seus salários são menores e as carreiras ganham um freio frente ao trabalho reprodutivo das necessidades da família. Ainda é preciso contabilizar o tanto de mulheres que trabalham sem nenhum tipo de remuneração ou segue desocupada (HELENE, 2019).

Segundo dados da PNAD/IBGE (2019), o rendimento médio mensal de todos os trabalhos para os homens com mais de 14 anos de idade foi de R\$ 2.555,00, enquanto as mulheres receberam em média R\$ 1.985,00. Isso indica que o rendimento das mulheres é cerca de 77,7% do total recebido pelos homens. Ainda como forma de mensurar essa desigualdade salarial, deve-se levar em consideração o efetivo de mulheres que trabalham sem nenhuma remuneração ou estão desocupadas.

Além disso, de acordo com Itikawa (2015), o trabalho feminino está concentrado em atividades de menor prestígio social. Cerca da metade (46,3%) das ocupações das mulheres estão concentradas em serviços domésticos, de educação, de saúde, sociais e comunitários. Esse grupo, como explica Helene (2019), está diretamente relacionado às chamadas tarefas reprodutivas e estão dentre as ocupações com maior nível de informalidade, baixa remuneração e grande desvalorização.

No entanto, a despeito de terem suas atividades consideradas inferiores, as mulheres têm uma carga de trabalho semanal, em média, de oito horas a mais do que as dos homens (DIESSE, 2019). Na visão de Hirata (2014), termos como “dupla jornada”, “acumulação” ou “conciliação de tarefas” ajudam a dar continuidade na ideia de que os trabalhos de cunho doméstico, da esfera reprodutiva e de cuidado pessoal ajudam a difundir a percepção que esse trabalho extra é apenas uma extensão do trabalho assalariado. Talvez o melhor termo seria, o trabalho não remunerado realizado pelas mulheres.

4 METODOLOGIA

Essa seção versa sobre a forma de condução desse estudo, bem como do procedimento de coleta e análise de dados referentes à participação feminina no mercado de trabalho no município de Maringá-PR para os anos de 2010, 2014, 2018 e 2020.

4.1 Delineamento da Pesquisa

O delineamento da pesquisa refere-se ao planejamento em termos gerais, de modo a considerar o ambiente da coleta de dados e os meios de controle das variáveis analisadas (GIL, 2008). O presente estudo tem cunho descritivo, uma vez que descreve o comportamento de uma série de variáveis ao longo do tempo. Para isso, utilizou-se de técnicas da Estatística Descritiva, as quais permitem, ainda segundo Gil (2008), a caracterização de elementos típicos do grupo, a variabilidade dos indivíduos e a verificação de como estes se distribuem em relação a determinadas variáveis.

A pesquisa tem característica de ser documental, por utilizar registros cursivos, persistentes e continuados, tais quais os documentos elaborados por agências governamentais (GIL, 2008). Para essa monografia foram usados dados coletados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Previdência, com as informações sendo organizadas e apresentadas de acordo com os objetivos específicos desse estudo.

Em relação à análise, a presente pesquisa pode ser definida como qualitativa, por objetivar a organização e sumarização de dados de forma a permitir a elaboração de respostas para as questões aqui propostas (GIL, 2008).

4.2 Dados

Os dados utilizados nesse trabalho são provenientes da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Previdência e têm o objetivo de expor a situação feminina no mercado de trabalho formal no município de Maringá-PR. De modo a realizar uma comparação entre a participação na mão de obra feminina e masculina, foram usados dados referentes ao número de vínculos empregatícios e tipos de ocupação.

Os tipos de ocupação foram selecionados com base nos subsetores de atividades definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Para esse estudo, foram escolhidos seis subsetores, a saber: Administração pública, Agricultura, Construção Civil, Ensino, Indústria Mecânica e Instituição financeira. A escolha destes

subsetores específicos se deu pois são esses que representam os três de maior participação relativa feminina (Administração Pública, Ensino e Instituição financeira) e masculina (Agricultura, Construção Civil e Indústria Mecânica).

Os dados referem-se a quatro períodos de tempo distintos, sendo eles os anos de 2010, 2014, 2018 e 2020. Esse recorte de tempo foi feito para que fosse possível a comparação entre a situação da participação feminina no mercado de trabalho nos diferentes governos federais de cada ano analisado.

4.3 Análise dos dados

Para dar sentido e validade aos dados coletados, é necessário o seu tratamento e correta organização. Para isso, fez-se uso de procedimentos e ferramentas que permitiram desenvolver fontes documentais, quadros, diagramas e figuras que evidenciem as informações obtidas (GIL, 2008).

Dessa forma, foram desenvolvidos gráficos e tabelas de modo a realizar uma análise comparativa dos valores de participação feminina do mercado de trabalho no município de Maringá-PR em relação a participação masculina por setor de atividade. Comparou-se também os dados da participação feminina no Estado do Paraná e em relação ao Brasil.

Os gráficos e tabelas foram elaborados a partir do *software* Excel online e o mapa foi elaborado a partir do Sistema de Informação Geográfica no *software* Qgis de acesso livre e aberto.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta parte da pesquisa serão apresentados os resultados obtidos sobre a participação da mulher no mercado de trabalho formal no município de Maringá, no estado do Paraná e no Brasil, sendo realizadas algumas comparações entre a atuação feminina e masculina no mercado de trabalho, a partir das seguintes variáveis: setores de atividades e participação.

5.1 Participação por gênero no mercado de trabalho formal

Com base nos dados obtidos na RAIS, é possível visualizar na Tabela 1 que a participação masculina e feminina no mercado de trabalho formal em Maringá oscilou no período de 2010 a 2020. No primeiro ano, a participação masculina estava em seu maior nível, registrando 56,6%. A partir de 2010, esse número passou a apresentar queda e fechou 2020 com um percentual de 54,8%. Isto é, queda de 1,8 ponto percentual. Ainda assim, nota-se que a participação masculina é superior a feminina nos anos comparados. Em termos absolutos, mesmo com queda relativa, o número de trabalhadores homens cresceu 9.386, de 77.174 para 86.560, alta de 12,2%. O maior número de homens formalmente empregados se deu em 2014, com 88.194 trabalhadores.

A participação feminina inicia o período com um percentual de 43,4% e foi crescendo ao longo dos anos. Em 2020, esse número chegou a 45,2% da força de trabalho. Em números absolutos, o crescimento de mulheres no mercado de trabalho foi superior ao de homens. Houve a adição de 12.260 postos de emprego entre 2010 e 2020, levando o número de mulheres a crescer de 59.233 para 71.493 no fim do período. Isso representa um avanço percentual de 20,7%. A maior presença de mulheres se deu em 2018, quando havia 72.180 trabalhadores com emprego formal na cidade.

Tabela 1: Participação masculina e feminina no mercado de trabalho formal no período de 2010 a 2020 em Maringá

Ano	Feminino	Percentual	Masculino	Percentual	Total
2010	59.233	43,4%	77.174	56,6%	136.407
2014	70.831	44,5%	88.194	55,5%	159.025
2018	72.180	45,5%	86.304	54,5%	158.484
2020	71.493	45,2%	86.560	54,8%	158.053

Fonte: RAIS (2022).

A Tabela 2 traz os dados referentes a participação masculina e feminina no mercado de trabalho formal no Paraná. Entre os anos de 2010 a 2020, a participação masculina caiu enquanto a feminina cresceu. Em 2010, a participação masculina estava

no seu maior nível no período analisado, sendo de 57,1%. Ao final do período, esse valor chegou a 55,3%, com queda de 1,8 ponto percentual. Em números absolutos, o total de homens empregados em 2010 era de cerca de 1,59 milhão e passou a ser de pouco mais de 1,70 milhão em 2020, tendo, portanto, um crescimento de 7,3%. Em 2014 que se registrou o maior número de homens empregados no estado, com total de 1,74 milhão.

Já as mulheres apresentaram menor participação ao longo de todo o período. Em 2010, sua participação era de 42,9% e passou a crescer nos anos seguintes, até encerrarem o período estudado com 44,7% de atuação, resultado superior ao ano inicial. Em números totais, a participação das mulheres no mercado de trabalho teve um crescimento de 15,5%, o que representa uma adição de 185.615 novos postos de trabalho entre 2010 e 2020, que passou de 1,19 milhão para 1,38 milhão. Assim como o observado para Maringá, as mulheres tiveram maior crescimento que os homens no mercado de trabalho.

Tabela 2: Participação masculina e feminina no mercado de trabalho formal no período de 2010 a 2020 em Paraná

Ano	Feminino	Percentual	Masculino	Percentual	Total
2010	1.194.155	42,9%	1.589.560	57,1%	2.783.715
2014	1.422.277	44,9%	1.744.857	55,1%	3.167.134
2018	1.392.417	45,3%	1.677.990	54,7%	3.070.407
2020	1.379.770	44,7%	1.706.359	55,3%	3.086.129

Fonte: RAIS (2022).

A Tabela 3 mostra a participação masculina no mercado de trabalho formal no Brasil para o período entre 2010 a 2020. Assim como o verificado na análise para Maringá e Paraná, o ano de 2010 foi o de maior participação masculina, com 58,4%. A partir daí, esse número foi decaindo, até chegar em 56,4% ao final do período, tendo resultado negativo em relação ao ano inicial. Pensando em termos absolutos, o crescimento da participação masculina no mercado de trabalho formal foi de 328.331 empregos, o que representa alta de apenas 1,3%.

Já para as mulheres, o comportamento da evolução de sua participação no mercado de trabalho também foi semelhante ao registrado em nível municipal e estadual. Em 2010, a participação feminina foi de 41,6% e, no fim do período, chegou a 46,3% de participação. Assim como o verificado nos demais níveis, no cenário nacional houve uma maior entrada de mulheres do que de homens no mercado de trabalho formal. Em 2010, eram 18,32 milhões de trabalhadoras, número que cresceu para 20,16 milhões em 2020, uma alta de 10,0%. Logo, foi em âmbito nacional que se deu o menor crescimento relativo das mulheres no mercado de trabalho formal.

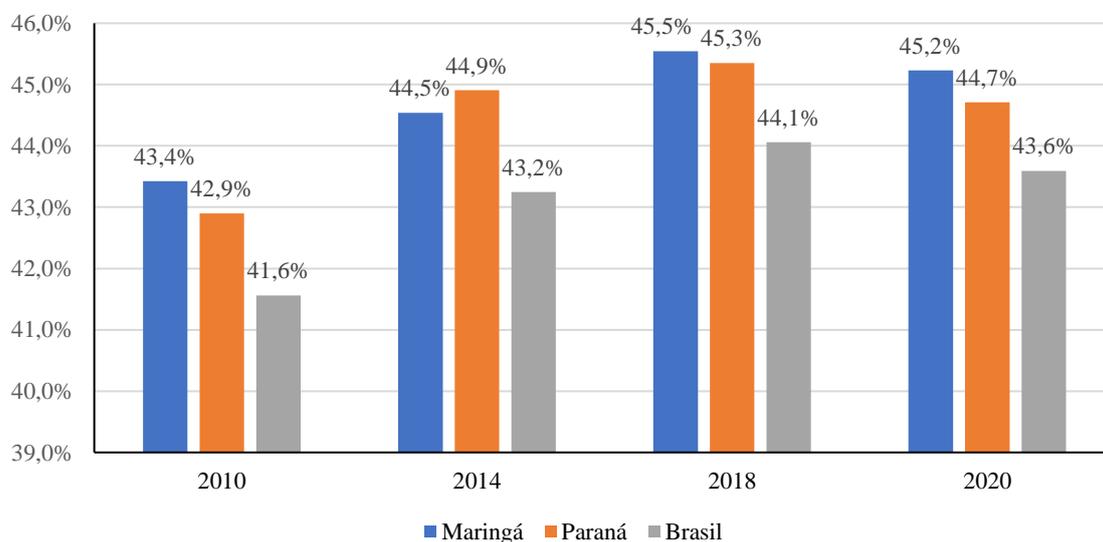
Tabela 3: Participação masculina e feminina no mercado de trabalho formal no período de 2010 a 2020 no Brasil

Ano	Feminino	Percentual	Masculino	Percentual	Total
2010	18.315.597	41,6%	25.752.758	58,4%	44.068.355
2014	21.437.860	43,2%	28.133.650	56,8%	49.571.510
2018	20.546.354	44,1%	26.084.761	55,9%	46.631.115
2020	20.155.087	43,6%	26.081.089	56,4%	46.236.176

Fonte: RAIS (2022).

No Gráfico 1 demonstra-se a participação relativa das mulheres no mercado de trabalho formal ao longo do período estudado e em cada esfera regional. Na comparação, é possível perceber que, para o Brasil, a atuação feminina nos anos estudados apresentou um aumento entre os anos de 2010 e 2018 e a partir do ano de 2020 houve uma queda dessa participação possivelmente pelos efeitos da pandemia de Covid-19. Para o estado do Paraná, a participação feminina teve um desempenho equivalente em relação ao Brasil. Esse mesmo comportamento foi verificado para o município de Maringá, com pequenas oscilações ao longo dos anos. Desse modo, a participação feminina no mercado de trabalho maringaense teve crescimento de 1,8 ponto percentual entre 2010 e 2018, saindo de 43,4% para 45,2%.

Gráfico 1: Participação feminina no mercado de trabalho



Fonte: RAIS (2022).

Apesar dos números indicarem que a inserção das mulheres no mercado de trabalho cresceu ao longo do período e em todas as escaladas analisadas, não é possível confirmar essa hipótese. Para que essa confirmação seja feita, seria necessário levar em conta o crescimento da População Economicamente Ativa (PEA). Isso, entretanto, foge do escopo de análise previsto para essa monografia.

5.2 Participação por gênero nos subsetores de atividades

Os trabalhadores estão distribuídos em setores de atividades que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE denomina como: Extrativa mineral; Indústria de transformação; Serviços industriais de utilidade pública, Construção civil, Comércio; Serviços; Administração pública e Agropecuária; Extração vegetal; Caça e pesca. Já os subsetores de atividades denominados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE são: Administração técnica profissional; Administração pública; Agricultura; Alimentos e bebidas; Alojamento e comunicação; Borracha, fumo e couros; Comércio atacadista; Comércio varejista; Construção civil; Elétrico e comunicação; Ensino; Extrativa mineral; Indústria de calçado; Indústria mecânica; Indústria metalúrgica; Indústria química; Indústria têxtil; Instituição financeira; Madeira e mobiliário; Material de transporte; Médicos odontológicos veterinários; Papel e gráfica; Produção mineral não metálico; Serviço de utilidade pública e transportes.

Nesse trabalho, foram utilizados seis subsetores de atividades econômicas, denominados pelo IBGE, são eles: Administração pública, Agricultura, Construção Civil, Ensino, Indústria Mecânica e Instituição financeira.

Ao longo de todo o período analisado e no conjunto de subsetores selecionados, o subsetor de Construção Civil foi o que apresentou maior participação masculina no município de Maringá, conforme se observa na Tabela 4. O percentual sempre ficou acima dos 90%, sendo de 93,9%, 92,3%, 92,1% e 92,4% em 2010, 2014, 2018 e 2020, respectivamente. Em termos absolutos, o número de trabalhadores masculinos era de 8.097 em 2010 e passou a ser de 8.236 em 2020, um crescimento de 1,7%.

Já em relação a participação feminina, percebeu-se uma maior concentração no subsetor de Administração Pública para todos os anos analisados. Os percentuais para 2010, 2014, 2018 e 2020 foram de, respectivamente, 68,4%, 73%, 74,6% e 74,7%. Em termos absolutos, o número de trabalhadoras no subsetor de Administração Pública saltou de 6.053 em 2010 para 9.573 em 2020, um crescimento de 58%. Esse crescimento é expressivo, no entanto, não foi possível encontrar dentro da bibliografia atual uma análise recente sobre esse fenômeno.

Ainda sobre a participação feminina no mercado de trabalho maringaense destacam-se os subsetores de Ensino e Instituição Financeira. Ambos mostraram uma participação das mulheres superior a 50% em todos os anos analisados. O subsetor de

Ensino teve um percentual de participação feminina de 59% em 2010 e 2020, mas durante esses anos o número de mulheres empregadas apresentou alta de 27%, saindo de 5.268 para 6.732. Já para o subsetor de Instituição Financeira, a maior participação percentual se deu em 2020, com 57,2%. Isso equivale a 2.166 trabalhadoras, o que por sua vez reflete aumento de 39% ante 2010.

Tabela 4: Subsetores de atividades em Maringá em 2010 a 2020

Ano	Subsetores do IBGE	Feminino	Part. Relativa	Masculino	Part. Relativa	Total
2010	Administração Pública	6.053	68,4%	2.802	31,6%	8.855
	Agricultura	159	23,3%	522	76,7%	681
	Construção Civil	530	6,1%	8.097	93,9%	8.627
	Ensino	5.268	59,0%	3.664	41,0%	8.932
	Indústria Mecânica	251	16,2%	1.297	83,8%	1.548
	Instituição Financeira	1.563	53,0%	1.385	47,0%	2.948
2014	Administração Pública	8.519	73,0%	3.157	27,0%	11.676
	Agricultura	156	26,8%	427	73,2%	583
	Construção Civil	781	7,7%	9.403	92,3%	10.184
	Ensino	6.623	59,4%	4.528	40,6%	11.151
	Indústria Mecânica	336	17,0%	1.644	83,0%	1.980
	Instituição Financeira	1.925	57,1%	1.447	42,9%	3.372
2018	Administração Pública	9.491	74,6%	3.236	25,4%	12.727
	Agricultura	134	23,6%	434	76,4%	568
	Construção Civil	645	7,9%	7.483	92,1%	8.128
	Ensino	7.068	58,5%	5.011	41,5%	12.079
	Indústria Mecânica	261	17,2%	1.255	82,8%	1.516
	Instituição Financeira	2.345	57,0%	1.767	43,0%	4.112
2020	Administração Pública	9.573	74,7%	3.236	25,3%	12.809
	Agricultura	127	21,1%	476	78,9%	603
	Construção Civil	675	7,6%	8.236	92,4%	8.911
	Ensino	6.732	59,0%	4.682	41,0%	11.414
	Indústria Mecânica	276	17,5%	1.299	82,5%	1.575
	Instituição Financeira	2.166	57,2%	1.624	42,8%	3.790

Fonte: RAIS (2022)

A Tabela 5 retrata a situação no Estado do Paraná. O subsetor com maior participação masculina em 2010 era o da Construção Civil, com 93,1% dos trabalhadores,

seguido pelo subsetor Agricultura com 82,8% dos vínculos. Esse padrão verifica-se para os anos de 2014 e 2018, mas em 2020 o segundo maior subsetor de participação masculina foi o de Indústria Mecânica, com um percentual de 82,7%.

O setor de Construção Civil teve percentuais de 92,4% em 2014, 91,9% em 2018 e de 92,5% em 2020. Mesmo mantendo percentuais amplamente majoritários, o número de trabalhadores nesse subsetor decaiu entre 2010 e 2020, de 126.881 para 124.470. Isso representa uma queda de 1,9%.

Tabela 5: Subsetores de atividades no Estado do Paraná em 2010 a 2020

Ano	Subsetores do IBGE	Feminino	Part. Relativa	Masculino	Part. Relativa	Total
2010	Administração Pública	272.140	64,6%	148.932	35,4%	421.072
	Agricultura	17.653	17,2%	84.937	82,8%	102.590
	Construção Civil	9.370	6,9%	126.681	93,1%	136.051
	Ensino	62.545	61,5%	39.156	38,5%	101.701
	Indústria Mecânica	8.858	19,4%	36.754	80,6%	45.612
	Instituição Financeira	24.648	52,1%	22.651	47,9%	47.299
	2014	Administração Pública	320.496	67,4%	154.924	32,6%
Agricultura		19.744	19,2%	83.104	80,8%	102.848
Construção Civil		11.668	7,6%	142.041	92,4%	153.709
Ensino		79.725	63,3%	46.274	36,7%	125.999
Indústria Mecânica		10.271	19,6%	42.175	80,4%	52.446
Instituição Financeira		29.522	54,0%	25.154	46,0%	54.676
2018		Administração Pública	326.092	67,3%	158.088	32,7%
	Agricultura	17.325	17,2%	83.343	82,8%	100.668
	Construção Civil	9.165	8,1%	103.334	91,9%	112.499
	Ensino	85.597	64,2%	47.780	35,8%	133.377
	Indústria Mecânica	8.048	17,3%	38.576	82,7%	46.624
	Instituição Financeira	32.003	56,0%	25.120	44,0%	57.123
	2020	Administração Pública	305.419	67,7%	146.029	32,3%
Agricultura		17.854	18,1%	81.034	81,9%	98.888
Construção Civil		10.049	7,5%	124.470	92,5%	134.519
Ensino		78.686	64,0%	44.228	36,0%	122.914
Indústria Mecânica		8.437	17,3%	40.462	82,7%	48.899
Instituição Financeira		32.042	56,5%	24.684	43,5%	56.726

Fonte: RAIS (2022)

Assim como ocorreu em Maringá, os setores Administração Pública, Ensino e Instituição Financeira apresentaram maior concentração feminina para os anos analisados, dentro do âmbito estadual. Em 2010, esses setores tinham percentuais de 64,6%, 61,5% e 52,1%, respectivamente. O subsetor de Administração Pública foi, dentre os subsetores analisados, o que apresentou maior percentual de mulheres entre total de trabalhadores, tendo chegado a uma máxima de 67,7% em 2020. Isso corresponde a 305.419 mulheres. Ante o início do período, esse valor representa um crescimento de 12,2%.

Para o cenário brasileiro, os resultados estão contidos na Tabela 6. Assim como o registrado no cenário municipal e estadual, o subsetor que apresentou maior participação masculina foi o da Construção Civil. Em 2010, o percentual de homens era de 92,4% e o de mulheres de 7,6%. No fim do período estudado, a diferença entre os dois diminuíram, com o percentual masculino caindo para 90,3% e o feminino crescendo para 9,7%. Ainda assim, o percentual de homens nesse subsetor permanece majoritária.

Tabela 6: Subsetores de atividades no Brasil em 2010 a 2020

Ano	Subsetores do IBGE	Feminino	Part. Relativa	Masculino	Part. Relativa	Total
2010	Administração Pública	5.256.992	58,9%	3.666.388	41,1%	8.923.380
	Agricultura	218.928	15,5%	1.190.669	84,5%	1.409.597
	Construção Civil	189.753	7,6%	2.319.169	92,4%	2.508.922
	Ensino	914.108	60,7%	590.892	39,3%	1.505.000
	Indústria Mecânica	98.892	17,5%	467.598	82,5%	566.490
	Instituição Financeira	411.901	52,5%	373.266	47,5%	785.167
2014	Administração Pública	5.515.468	59,0%	3.840.365	41,0%	9.355.833
	Agricultura	258.946	17,5%	1.220.717	82,5%	1.479.663
	Construção Civil	255.897	9,1%	2.559.789	90,9%	2.815.686
	Ensino	1.187.013	61,8%	733.790	38,2%	1.920.803
	Indústria Mecânica	122.844	19,4%	510.186	80,6%	633.030
	Instituição Financeira	465.815	53,8%	400.135	46,2%	865.950
2018	Administração Pública	5.339.550	58,8%	3.741.103	41,2%	9.080.653
	Agricultura	242.041	16,2%	1.249.399	83,8%	1.491.440
	Construção Civil	183.550	9,9%	1.678.296	90,1%	1.861.846
	Ensino	1.299.854	63,2%	756.110	36,8%	2.055.964

	Indústria Mecânica	98.625	18,6%	431.757	81,4%	530.382
	Instituição Financeira	471.140	54,7%	389.650	45,3%	860.790
2020	Administração Pública	5.095.569	58,8%	3.567.126	41,2%	8.662.695
	Agricultura	239.195	16,4%	1.222.262	83,6%	1.461.457
	Construção Civil	191.710	9,7%	1.778.976	90,3%	1.970.686
	Ensino	1.226.303	64,0%	690.026	36,0%	1.916.329
	Indústria Mecânica	100.436	17,9%	459.595	82,1%	560.031
	Instituição Financeira	471.286	54,3%	396.147	45,7%	867.433

Fonte: RAIS (2022)

Ao contrário do que se observou para o município de Maringá e para o Estado do Paraná, a participação relativa das mulheres foi mais concentrada no subsetor de Ensino. Em 2010, o percentual feminino nesse subsetor era de 60,7%, enquanto o subsetor de Administração Pública tinha percentual de 58,9% e o de Instituição Financeira de 52,5%. Essa ordem permaneceu em todos os anos estudados. Apesar do subsetor de Ensino apresentar maior participação relativa, em termos absolutos há mais mulheres no subsetor de Administração Pública (914.108 em Ensino *versus* 5.256.992 na Administração Pública).

O maior percentual de participação feminina no subsetor de Ensino foi verificado no fim do período analisado, quando chegou a 64% do total de trabalhadores. Isso corresponde a um número absoluto de 1.226.303 mulheres. Comparando com 2010, houve crescimento no número de vínculos de mulheres de 34,2%. No subsetor da Administração Pública, a participação relativa das mulheres ficou praticamente estável em todo o período, sendo de 58,9% em 2010, 59% em 2014 e 58,8% em 2018 e 2020. Já em termos absolutos, o número de mulheres nesse subsetor caiu 3,1%, para 5.095.569 de vínculos – o que é o menor valor registrado nos anos estudados.

Nota-se que os índices de participação nos subsetores do IBGE apontam para uma concentração maior de trabalhadoras nos subsetores de Educação e Administração Pública. Conforme apontado por Salvaro, Galvane e Mariano (2016), isso pode ser um reflexo de como esses subsetores são identificados na sociedade com a esfera doméstico-privado do começo e reprodução da vida, frequentemente associados ao gênero feminino, o que explicitaria certa divisão sexual no trabalho.

Os dados sugerem que essa divisão pode estar mais ligada a área do cuidado. Kergoat (2016) define o cuidado não apenas como um ato de atenção, mas como um

trabalho que irá abranger todo um grupo de atividade materiais e de relações consistentes em oferecer resposta às necessidades dos outros. De tal modo, é uma relação de serviço, apoio e assistência, podendo ou não ser remunerada, que atribuí um sentido de responsabilidade quanto a vida e ao bem-estar de outrem.

Desse modo, a presença das mulheres ser concentrada nesses setores evidencia a associação do gênero feminino com essa noção de cuidado e de organização. É, portanto, uma reprodução das normas de gêneros, as quais permitem que as mulheres sejam mais facilmente aceitas em áreas específicas da atividade laboral (SALVARO, GALVANE e MARIANO, 2016).

Tendo isso claro, uma maior participação das mulheres nesses setores não é suficiente para promover mudanças estruturais na divisão sexual do trabalho e tampouco é o necessário para eliminar desigualdades de gênero no mercado de trabalho, bem como indicam as autoras Salvaro, Galvane e Mariano (2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo verificar a evolução da participação das mulheres no mercado de trabalho nos anos de 2010, 2014, 2018 e 2020 no município de Maringá, Paraná, de forma a identificar o exercício feminino por subsetor econômico. Para isso, foram utilizados dados provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Previdência.

Dessa forma, a partir da análise dos dados, foi possível constatar um aumento da participação feminina no mercado de trabalho formal no município de Maringá entre os anos de 2010 e 2020. Esse comportamento também foi verificado para o Estado do Paraná e para o Brasil.

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho não se deu apenas pelo crescimento de sua participação relativa, como também cresceu em termos absolutos. Esse crescimento foi maior do que o verificado para os homens no mesmo período, tanto em percentual quanto em valores absolutos de vínculos empregatícios. Embora os números apontem que o número de mulheres tenha tido um crescimento durante o período de análise, não foi possível confirmar uma real ampliação dos postos de trabalho, ou melhor, uma real redução do emprego. Para que essa confirmação seja feita, seria necessário analisar de forma conjunta o incremento da População Economicamente Ativa (PEA), o que foge do escopo de análise previsto para essa monografia.

Apesar da participação feminina ter crescido mais do que a masculina entre 2010 e 2020 e a diferença entre eles ter diminuído, o mercado de trabalho formal segue dominado por homens que representam 56,4% da ocupação dos postos de trabalho.

Assim, tendo como base os resultados obtidos, constatou-se que a participação feminina no mercado de trabalho formal brasileira é desigual. Apesar de serem a maioria da população brasileira¹, as mulheres não têm maioria no mercado de trabalho.

Sua participação está concentrada nos subsetores de Ensino e Administração Pública. Isso expõe a divisão sexual do trabalho, uma vez que esses setores são associados ao conceito de cuidado e organização, os quais, por sua vez, tem ligação direta com o sexo feminino. Isso posto, é possível afirmar que a expressiva participação das

¹ Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2019, a população brasileira é composta por 48,2% de homens e 51,8% de mulheres.

mulheres nesses subsetores não é suficiente para indicar uma melhora no cenário da desigualdade de gênero. Pelo contrário, apenas escancara o grau de desigualdade de gênero e dá sequência a reprodução da subjetivação da participação feminina na atividade laboral.

O presente estudo buscou contribuir com um entendimento mais amplo sobre as desigualdades no mercado de trabalho formal no município de Maringá, de modo que as informações aqui contidas possam ser utilizadas para conscientizar a população sobre essa questão. Além disso, os resultados obtidos poderão ser utilizados como ponto de partida para o desenvolvimento de iniciativas e políticas públicas voltadas para a redução de desigualdades. Para estudos futuros, sugere-se a utilização de mais indicadores e o uso de ferramentas que possam ampliar e aprofundar a visão social sobre esse tema.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- BARROS, R. P. de; MACHADO, A. F.; MENDONÇA, R. S. P. de. **A desigualdade da pobreza: estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero**. 1997.
- BOAS, L. H. de B. V.; PAULA NETO, A. de; CRAMER, L. Relações de gênero nas organizações: um estudo no setor de vendas de veículos. **Revista de Administração**. São Paulo: v.38 n. 3 p.219-229, jul, ago, set. 2003.
- CORTAZZO, I. Saúde e trabalho. **Arquivos de Medicina Preventiva**, n. 7.Porto Alegre: Faculdade de Medicina, UFRGS,1985.
- DE FRANÇA, A. L.; SCHIMANSKI, É. Mulher, trabalho e família: uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito familiar (Women, work and family: analysing feminine work and its consequences to family affairs. **Emancipação**, v. 9, n. 1, 2009.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo, Elefante, 2017.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. Editora Atlas. 2008.
- HELENE, D.. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrôpole**, v. 21, p. 951-974, 2019.
- HIRATA, H. S. Divisão sexual do trabalho: novas tendências e problemas atuais. In: I ENCONTRO DE INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS DO FUNDO DE GÊNERO NO BRASIL. **Gênero no mundo do trabalho**. Brasília: Ellus, 2000.
- HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**. 2014, v. 26, n. 1, pp. 61-73. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.
- ITIKAWA, L. (2015). Mulheres na periferia do urbanismo - Informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 18 n. 1 (2016): janeiro-abril. Disponível em:< <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n1p57>>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

JACINTO, P. de A. Diferenciais de salários por gênero na indústria avícola da região Sul do Brasil: uma análise com micro dados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 43, n. 3, p. 529-555, 2005.

KERGOAT, D. (2003). “**Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**”. In: EMÍLIO, M. et al. (orgs.). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, pp. 55-63.

KERGOAT, D. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, A. R. de P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 17-26.

LOBO, E. S. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. 2. reimpressão. São Paulo: USP, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

MURARO, R. M.; PUPPIUN, A. (Org). **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro. Relume Dumará, FAPERJ, 2001.

OLIVEIRA, E. M. **A mulher, a sexualidade e o trabalho**. São Paulo: Hucitec CUT – BRASIL, 1999.

OLIVEIRA, Z. L. de. **Mulher e trabalho**. Biblioteca virtual da mulher. Disponível em: <<http://www4.prossiga.br/bvmulher/cedim/trabalho/conceito.htm>> Acesso em: 6 jan. 2022.

PERROT, M. (1988). **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

PIMENTA, S. M.; CORRÊA, M. L. **Gestão, Trabalho e Cidadania: novas articulações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

PISCITELLI, A. (2002). Re-criando a (categoria) mulher. **Textos didáticos**, v. 48, pp. 7-42.

RAMOS, L. SOARES, A. L. **Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil**. 1994.

SALVARO, G. I. J.; GALVANE; F. A. S.; MARIANO, P. Trabalho feminino, desigualdes de gênero e formas de subjetivação no setor de serviços no Brasil. **Revista EPSOS**; Rio de Janeiro-RJ, vol. 7, n°2, pp. 85-103, jul-dez de 2016.

WASELFISZ, J. J. (2015). **Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos